Compasso de espera

Álvaro Pereira

= 5 MAR 1988

Desde que foi aberta a atual sessão legislativa, no último dia 15 de fevereiro, deputados e senadores pouco têm aparecido em Brasília. Depois de dois anos de trabalho constituinte, seguido de uma convocação extraordinária em pleno mês de janeiro, os políticos só agora conseguem tempo e disponibilidade para permanecer em seus Estados, em contato com as bases há muito esquecidas. É a hora da reflexão: com mais de dois anos de mandatos cumpridos, os atuais congressistas se voltam para as origens e começam a cuidar da difícil reeleição em 90. Antes disso, o posicionamento necessário em relação às forças e candidatos que já começam a disputar a sucessão presidencial.

Ao final da Constituinte, apontava-se 89 como o ano da sucessão presidencial — mas, também, como o ano em que o Congresso passaria a elaborar as mais de 200 leis ordinárias e complementares que vão regulamentar a nova Constituição. Hoje, passados os primeiros dias de sessão legislativa, pouco se acredita neste trabalho. Temas polêmicos e palpitantes como o direito de greve, o tabelamento dos juros e as concessões sociais aos aposentados continuam clamando por uma regulamentação.

Para organizar esse trabalho, o deputado José Costa, do PMDB de Alagoas, chegou a sugerir

aos presidentes da Câmara e do Senado que criassem comissões temáticas encarregadas de preparar um roteiro das próximas votações. Seguindo um critério de prioridade, as questões mais urgentes e polêmicas seriam definidas já no primeiro semestre deste ano. Até agora, porém, nada se fez de concreto neste sentido. As reuniões de lideranças só conseguiram estabelecer algum entendimento para a votação, se possível ainda neste mês de março, da lei que vai regulamentar as próximas eleições presidenciais. Discute-se, por exemplo, que partidos poderão participar do processo eleitoral, o prazo de filiação partidária dos candidatos, o tempo de cada um dos programas de propaganda na televisão.

É a prova inequívoca de que o Congresso Nacional já entrou em compasso de espera. Muito antes do que se imaginava, a sucessão presidencial determinou a inércia legislativa e desviou a atenção dos políticos para as disputas de poder. Os novos regimentos internos, adaptados à nova Constituição, só devem ficar prontos em abril. Em maio virão as primeiras convenções, em julho a campanha já estará nas ruas. De todas as leis ordinárias e complementares, só uma deverá ser aprovada logo: a das eleições presidenciais. As outras terão de esperar por 90 — de resto, mais um ano eleitoral...